



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 223/2021, DE 17 DE MAIO DE 2021¹

Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para os anos de 2021 a 2026.

O TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Administração Pública obedecerá aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, mormente o da eficiência quanto à busca de resultados na realização das atividades públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de alinhamento do planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJPI à Estratégia Nacional do Poder Judiciário instituída para o sexênio 2021-2026, nos termos do art. 1º da Resolução do CNJ nº 325, de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de internalizar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU;

CONSIDERANDO os princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, previstos na Resolução do CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir continuidade administrativa ao tribunal, independentemente da alternância de seus gestores;

CONSIDERANDO os resultados verificados durante a execução do Planejamento Estratégico do TJPI, ciclo 2015-2020,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Planejamento e a Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJPI para os anos de 2021 a 2026, nos termos dos Anexos I ao III desta Resolução.

Art. 2º São componentes do Planejamento Estratégico do TJPI:

I - Identidade organizacional;

II - Mapa estratégico;

III - Desdobramento dos macrodesafios;

IV - Painel dos indicadores;

V - Cesta de Iniciativas;

Parágrafo único - Os componentes constantes nos incisos I, II e III compõem o Anexo

¹ Resolução disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9.134, de 18.05.2021, publicado em 19.05.2021, p. 07/08

Este texto não substitui o publicado no Diário da Justiça Eletrônico

I; o IV, o Anexo II e o V, o Anexo III.

Art. 3º Consideram-se, para fins desta Resolução:

I - Identidade organizacional: composta pela missão, visão e pelos valores da Instituição, que definem, respectivamente, seu propósito e sua razão de existir, a declaração do futuro desejado e os princípios norteadores do TJPI;

II - Mapa estratégico: tradução da missão, visão e dos valores do TJPI em um conjunto de macrodesafios, que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os macrodesafios poderão ser desdobrados em objetivos simplificados, que são direcionadores da atuação da Instituição em prol do alcance de sua visão de futuro;

III - Desdobramento dos macrodesafios: composto pela descrição do macrodesafio, objetivo simplificado, indicadores nacionais e, no que couber, as metas nacionais, os indicadores e as metas institucionais:

a) Indicadores Nacionais: indicadores de desempenho definidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ para auxiliar a atuação dos órgãos do Judiciário em relação ao alcance dos macrodesafios estabelecidos;

b) Indicadores institucionais: indicadores de desempenho e de resultados definidos pelo TJPI;

c) Metas nacionais: desafios propostos pelo CNJ, anualmente, para melhoria do desempenho do Poder Judiciário;

d) Metas institucionais: desafios definidos pelo TJPI para o alcance de sua visão e dos resultados pretendidos, conforme os macrodesafios constantes do mapa estratégico;

IV - Painel dos indicadores: composto pela descrição do indicador (o que mede, periodicidade, onde medir, como medir e a tendência), série histórica e as metas propostas;

V - Cesta de iniciativas estratégicas: consolidação dos programas, projetos e ações classificados como estratégicos devido a sua abrangência, complexidade, impacto orçamentário e financeiro, geração de resultados e relevância para o cumprimento da estratégia;

a) Programa - é o conjunto de projetos relacionados, que são gerenciados de forma coordenada para obtenção de resultados e controle que não são alcançados quando geridos individualmente;

b) Projeto - é um esforço planejado não repetitivo conduzido por pessoas, com datas de início e término previamente estimadas, com o objetivo de entregar um produto, serviço ou resultado exclusivo, dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade. Todo projeto possui as seguintes fases: Inicialização, Planejamento, Execução e Encerramento, e um grupo de atividades de monitoramento;

c) Ação - representa o conjunto de atividades ou processos, que são os meios disponíveis ou atos de intervenção concretos, em um nível ainda mais focado de atuação.

§ 1º - A cesta de Iniciativas é um documento dinâmico podendo a ele ser acrescentadas outras iniciativas ou dele excluídas durante as etapas de revisão.

§ 2º - Dentre as iniciativas constantes da Cesta de Iniciativas, serão identificadas aquelas que receberão o status de estratégicas e quais destas se relacionam diretamente com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

§ 3º - As iniciativas constantes da Cesta de Iniciativas, classificadas como estratégicas e as que se relacionam diretamente ao cumprimento dos ODS da Agenda 30 deverão compor o rol de Iniciativas dos Planos de Gestão do TJPI que serão executados no período de vigência do ciclo de Planejamento 2021-20256. facultado a inclusão de outras além dessas.

Art. 4º A identidade organizacional é assim composta:

- I - Missão: Assegurar a Justiça e a Pacificação Social;
- II- Visão: Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a Justiça de forma efetiva;
- III - Valores: Credibilidade, Acessibilidade, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Ética, Probidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Imparcialidade e Resolutividade.

Art. 5º O Mapa Estratégico, além da missão, visão e valores, é composto pelos seguintes macrodesafios:

- I - Garantia dos Direitos Fundamentais;
- II - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade;
- III - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- IV - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais;
- V- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos;
- VI - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios;
- VII - Promoção da Sustentabilidade;
- VIII- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
- IX - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária;
- X - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- XI - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
- XII - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Art. 6º São diretrizes para a elaboração do Planejamento Estratégico e para a Gestão Estratégica do TJPI:

- I - compreender o mesmo período de vigência da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, de 2021 a 2026;
- II - observar o conteúdo temático dos macrodesafios e das Diretrizes Estratégicas Nacionais do Poder Judiciário;
- III - observar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU;
- IV - definir pelo menos um indicador de resultado para cada macrodesafio;
- V - relacionar cada indicador estabelecido a apenas um macrodesafio;
- VI - estabelecer pelo menos uma meta para cada indicador nacional ou institucional;
- VII - desenvolver iniciativas estratégicas para o alcance das metas nacionais e institucionais estabelecidas;
- VIII - promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, servidores e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe na elaboração do planejamento estratégico, garantida a contribuição da sociedade;
- IX - revisar, periodicamente, o Painel dos Indicadores e a Cesta de Iniciativas Estratégicas;
- X - definir, por meio do Comitê Gestor da Estratégia, as metas institucionais e dentre as iniciativas constantes da Cesta, quais delas receberão a classificação de "Iniciativa Estratégica" e das iniciativas consideradas estratégicas, quais delas deverão ser priorizadas.

Art. 7º O Painel de Indicadores e a Cesta de Iniciativas serão aprovados e revisados pelo Comitê Gestor da Estratégia durante as Reuniões de Análise da Estratégia - RAE.

Art. 8º O Comitê Gestor da Estratégia realizará pelo menos uma RAE a cada quatro meses, para avaliação e acompanhamento dos resultados, nas quais poderá promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Parágrafo único. As decisões oriundas das RAEs e as apurações dos resultados serão registradas em ata e divulgadas ao Comitê Gestor da Estratégia e aos demais interessados.

Art. 9º Os recursos orçamentários devem estar alinhados ao Planejamento Estratégico, de forma a garantir sua execução.

Art. 10. O monitoramento e a avaliação do Planejamento Estratégico se darão por meio dos seguintes instrumentos:

I - levantamento e análise de resultados de indicadores, das metas nacionais e institucionais;

II - acompanhamento dos cronogramas das iniciativas estratégicas.

§ 1º Os relatórios de monitoramento e avaliação serão consolidados pela Secretaria de Gestão Estratégica - SEGES, de preferência em sistema informatizado, e disponibilizados no Portal do TJPI.

§ 2º Para elaborar os relatórios de monitoramento, a SEGES receberá informações dos gestores das metas e das iniciativas estratégicas do Planejamento Estratégico.

Art. 11 - A Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Vice-Corregedoria Geral e a EJUD deverão apresentar, em conjunto ou separadamente, Plano de Gestão, devidamente alinhado ao Planejamento Estratégico, na primeira sessão do pleno, após a solenidade de posse.

Parágrafo Único. O Plano de Gestão previsto no caput do artigo 11 deve dispor sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis.

Art. 12. Fica revogada a Resolução TJPI nº 04, de 23 de março de 2015.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

SALA VIRTUAL DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 17 de maio de 2021.

Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJPI
CICLO 2021-2026**

“Uma estratégia é mais do que uma aspiração, mais do que um sonho: ela é um sistema de criação de valor, um conjunto de partes que se reforçam mutuamente. Ancorado em um propósito forte, esse sistema é o que dita em que campo *a companhia* vai atuar, como vai agir e o que vai conquistar.”

A Teoria dos Jogos de 1944

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PRESIDENTE

Desembargador José Ribamar Oliveira

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho

CORREGEDOR

Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto

VICE-CORREGEDOR

Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho

DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

VICE-DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Erivan José da Silva Lopes

DESEMBARGADORES

Haroldo Oliveira Rehem

Hilo de Almeida Sousa

Oton Mário José Lustosa Torres

Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro

Edvaldo Pereira de Moura

Fernando Carvalho Mendes

Francisco Antônio Paes Landim Filho

José Francisco do Nascimento

José James Gomes Pereira

Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho

Olímpio José Passos Galvão

Pedro de Alcântara da Silva Macêdo

Raimundo Nonato da Costa Alencar

Ricardo Gentil Eulálio Dantas

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Manoel de Sousa Dourado

Rodrigo Tolentino

Edvaldo de Sousa Rebouças Neto

JUIZ AUXILIAR DA VICE-PRESIDÊNCIA

Mariana Cruz Almeida Pires

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA

Antonio Francisco Gomes de Oliveira

Raimundo Holland Moura de Queiroz

JUIZ AUXILIAR DA VICE-CORREGEDORIA

Mário César Moreira Cavalcante

COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA

Des. José Ribamar Oliveira
PRESIDENTE DO COMITÊ

Des. Fernando Lopes e Silva Neto
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho
VICE-PRESIDENTE

Des. Joaquim Dias de Santana Filho
VICE-CORREGEDOR

Des. Sebastião Ribeiro Martins
DIRETOR DA EJUD

Rodrigo Tolentino
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Francisco Gomes de Oliveira
JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Mariana Cruz Almeida Pires
JUIZ INDICADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA

Mário César Moreira Cavalcante
JUIZ AUXILIAR DA VICE-CORREGEDORIA

Paulo Sílvio Mourão Veras
SECRETÁRIO GERAL

Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro
SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA

Lanny Cleo Macedo Quadros
SECRETÁRIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Roosevelt dos Santos Figueiredo
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Agnaldo Abreu Almendra
SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Francisco Tiago Moreira Batista
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL

Paula Meneses Costa
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

Ana Paula Rodrigues de Sousa Araújo
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mônica Lopes de Carvalho e Silva Almeida
SECRETÁRIA DA CORREGEDORIA

Leonardo Brasileiro
REPRESENTANTE AMAPI

Carlos Eugênio de Sousa
REPRESENTANTE SINDSJUS/PI

Carlos Henrique B Sales
REPRESENTANTE SINDOJUS/PI

S U M Á R I O

Apresentação

Identidade Organizacional

Mapa Estratégico

Desdobramento dos macrodesafios - Perspectiva Sociedade

Desdobramento dos macrodesafios - Perspectiva Processos Internos

Desdobramento dos macrodesafios - Perspectiva Aprendizagem e Crescimento

Considerações Finais

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o resultado do trabalho de revisão da estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para o ciclo 2021-2026, realizado em face do término do planejamento então instituído através da Resolução TJPI nº 04/2015, tudo em consonância com as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

O resultado obtido contempla a razão da existência do TJPI expressa em sua **Missão** que, em conformidade com seus **Valores**, aponta o que a instituição deseja para o período planejado através da sua **Visão de Futuro**. A estratégia é ainda desdobrada em **Macrodesafios**, subsidiados por **Objetivos Simplificados, Indicadores Nacionais e Institucionais, Metas e Iniciativas Estratégicas**, de maneira a permitir o acompanhamento sistemático na fase de execução.

Na revisão foram contemplados todos os macrodesafios e os indicadores propostos nacionalmente e, seguindo a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, a metodologia adotada foi a Balanced Scorecard (BSC).

O processo de revisão ocorreu de forma participativa, envolvendo membros dos níveis estratégico, tático e operacional. O substrato para o trabalho foi obtido por intermédio de **Análise Documental, Matriz SWOT, Consulta Pública de Ampla Participação** e os **Ciclos de Líderes Avançados**, realizados durante a I Jornada do Planejamento Estratégico do TJPI 2021.

O trabalho, entretanto, não é estático ou imutável, pelo que, diante de situações emergentes ou mudanças no cenário, novos ajustes poderão ser efetuados, de modo a proporcionar a contínua melhoria dos serviços prestados pelo TJPI, atendendo da melhor forma possível as necessidades de seu público alvo, a sociedade piauiense.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Como forma de nortear a atuação do TJPI e de garantir a efetiva prestação jurisdicional, estabeleceu-se a **Missão, Visão e Valores**, compondo a identidade organizacional.

Essa ferramenta possibilita que magistrados, servidores, colaboradores da justiça e cidadãos saibam quais são o propósito e a razão de existir, a declaração do futuro desejado e os princípios norteadores do TJPI, respectivamente.

MISSÃO: Assegurar a Justiça e a Pacificação Social

VISÃO: Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a Justiça de forma efetiva;

VALORES: Credibilidade, Acessibilidade, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Ética, Probidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Imparcialidade e Resolutividade.

MAPA ESTRATÉGICO DO TJPI

O BSC é uma metodologia que traduz a estratégia da organização em objetivos ou macrodesafios estratégicos, indicadores, metas e iniciativas sob perspectivas equilibradas. Para a estratégia nacional do Poder Judiciário foram adotadas as seguintes perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que representam as principais variáveis da organização. Essa organização proporciona aos gestores condições de planejar e controlar as ações estratégicas e ao mesmo tempo, retratam o que a organização pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse como sociedade, órgãos parceiros, magistrados e servidores, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional.

O mapa estratégico é uma representação gráfica em forma de quadro que tem por propósito definir e comunicar, de modo claro e transparente, a todos os níveis da organização, seu foco e sua estratégia de atuação direcionando seus membros para o alcance dos resultados desejados.

(Justificar o Texto)

MAPA ESTRATÉGICO DO TJPI

DESDOBRAMENTO DOS MACRODESAFIOS

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Está voltada ao atendimento das expectativas da sociedade, e especialmente dos jurisdicionados, por meio da atuação institucional que promove o acesso à justiça e a garantia dos Direitos Fundamentais.

I - GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO;

Descrição:

Garantir, no plano concreto, os Direitos e as Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), sob a égide do Estado Democrático de Direito, buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Objetivo Simplificado:

Prestar jurisdição célere, justa, inclusiva e que assegure os direitos e garantias fundamentais.

Indicador Nacional: **IAJ - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA**

Meta: Alcançar, no mínimo, a média do 2º quartil do segmento da Justiça Estadual.

II - AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE:

Descrição:

Adotar estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do

TJPI como instituição garantidora de direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas voltadas à solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil;

Objetivo Simplificado:

Entregar à sociedade um Tribunal transparente, acessível e efetivo

Indicador(es):

Indicador Nacional: **PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO**

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 90% de Satisfação até 2026

Indicador Institucional: **ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO**

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 80% de Satisfação com atendimento até 2026

Indicador Institucional: **ÍNDICE DE SATISFAÇÃO INTERNA**

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 80% de Satisfação Interna até 2026

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA**

Meta: Atingir o Índice de 100% de Transparência até 2026

DESDOBRAMENTO DOS MACRODESAFIOS

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS

Retratam os processos e procedimentos prioritários para os quais se busca a melhoria contínua e nos quais se deve concentrar os esforços a fim de maximizar os resultados da prestação jurisdicional, incluindo a atuação institucional com responsabilidade socioambiental e a governança judiciária.

III - AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Descrição:

Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também a soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Objetivo Simplificado:

Acelerar o julgamento e a baixa processual, escolhendo os "melhores processos"

Indicador(es):

Indicador Nacional: **TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS**

Meta: Atingir o índice de 70% até 2026

Indicador Nacional: **TCL - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS**

Meta: Atingir o índice de 65% até 2026

Indicador Nacional: **IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA**

Meta: Atingir o índice superior a 110% até 2026

Indicador Nacional: **TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES, CONSIDERANDO AS FASES DENTRO DO JUDICIÁRIO**

Meta: (Em construção)

IV - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa:

Descrição:

Promover atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa internamente, externamente e contra a administração pública, entre outros. Priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e da fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Objetivo Simplificado:

Concretizar respostas eficientes do judiciário na meta 4 do cnj.

Indicador(es):

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO**

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ

Indicador Nacional: **TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS**

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ

Indicador Nacional: **TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES**

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ

V - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos:

Descrição:

Fomentar os meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Promover parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Objetivo Simplificado:

Fomentar o uso da conciliação e da mediação como meio de prevenção e desjudicialização de conflitos de interesse.

Indicador(es):

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO**

Meta: Atingir o índice de conciliação acima de 12%.

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS CEJUSCs**

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE CASOS REMETIDOS PARA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO**

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DO ARTIGO 334 DO CPC**

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.

VI - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS:

Descrição:

Promover o sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Objetivo Simplificado:

Fortalecimento da Segurança Jurídica e previsibilidade dos atos decisórios jurisdicionais, promovendo celeridade e efetividade

Indicador(es):

Indicador Nacional: **TEMPO MÉDIO ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO/OU SENTENÇA DE MÉRITO DO PRECEDENTE E A SENTENÇA DE APLICAÇÃO DA TESE** (Consulta ao CNJ)

Meta: (Em construção)

Indicador Nacional: **TEMPO MÉDIO ENTRE AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)**

Meta: Alcançar o período de 9 meses entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRs)

Indicador Nacional: **Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)**

Meta: Alcançar o período de 9 meses entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de assunção de competência (IACs)

VII - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:

Descrição:

Aperfeiçoar as ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Objetivo Simplificado:

Tornar o TJPI ecoeficiente.

Indicador(es):

Indicador Nacional: - **ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS**

Meta(s): Atingir o IDS de 50% até 2026.

VIII - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça:

Descrição:

Adotar medidas voltadas à melhoria do sistema judiciário, dentre elas: medidas preventivas à criminalidade e de aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Objetivo Simplificado:

Sofisticar as ferramentas da justiça criminal e da execução penal.

Indicador(es):

Indicador Nacional: **TAXA DE ENCARCERAMENTO**

Meta(s): Manter a taxa abaixo da média nacional.

Indicador Nacional: **TpCpCCrim-TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO**

Meta(s): Cumprir integralmente as metas 1 e 2 do CNJ.

Indicador Nacional: **TpDecPen - TEMPO MÉDIO DAS DECISÕES EM EXECUÇÃO PENAL**

Meta: Concessão dos benefícios no prazo de 30 dias do cumprimento do tempo (considerar a data de início da execução)

Indicador Nacional: **TpPrisProv - TEMPO MÉDIO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA DOS PRESOS PROVISÓRIOS**

Meta: Julgar em até 180 dias (inclusive para sentença de pronúncia) do recebimento da denúncia.

IX - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA:

Formular, implantar e monitorar estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do TJPI e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Objetivo Simplificado:

Formular colaborativamente estratégias que busquem maior eficiência através das melhores práticas de gestão.

Indicador(es):

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"**

Meta(s): Alcançar desempenho maior que 85% até 2026 nos eixos Governança" e "Dados e Tecnologia"

DESDOBRAMENTO DOS MACRODESAFIOS

PERSPECTIVA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Situa-se na base da gestão estratégica no setor público e demonstra como as pessoas capacitadas e motivadas utilizam os recursos orçamentários e tecnológicos para garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento da Instituição e ao cumprimento dos objetivos estratégicos definidos. Diz respeito ao desenvolvimento das pessoas, à disponibilização e à utilização responsável dos recursos.

X - OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS:

Descrição:

Conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da Instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores, à humanização nas relações de trabalho, à promoção da saúde, ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho, à qualidade de vida no trabalho, ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação e à adequada distribuição da força de trabalho.

Objetivo Simplificado:

Desenvolver os objetivos estratégicos do TJPI, conciliando-os com o seu fator pessoal como sujeitos de transformação social e vetores para atingir sua missão.

Indicador(es):

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA**

Meta: Manter a média nacional.

Indicador Nacional: **PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO - TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

Meta: Alcançar 8.000 (oito mil) participações ao ano.

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS**

Meta: Atingir percentual maior do que 95 % no índice de capacitação de magistrados a partir de 2022.

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

Meta: Atingir percentual maior do que 95 % no índice de capacitação de servidores a partir de 2022.

XI - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

Descrição:

Utilizar mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Objetivo Simplificado:

Cuidar das nossas contas.

Indicador(es):

Indicador Nacional: - **IDOB - ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

Meta: Alcançar o Índice de 90% até 2026

Indicador Nacional: - **IEDD - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS**

Meta: Alcançar o Índice de 93% até 2026

Indicador Nacional: - **IEP - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS**

Meta: Alcançar o Índice de 89% até 2026

XII - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS:

Descrição:

Fortalecer as estratégias digitais do TJPI e a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Objetivo Simplificado:

Prover soluções tecnológicas efetivas, acessíveis e seguras.

Indicador(es):

Indicador Nacional: IGovTIC-JUD

Meta: **Atingir o índice de 0,8 até 2026.**

Indicador Nacional: **PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL**

Meta: Atingir o índice de 100% até 2026

Indicador Institucional: **ÍNDICE DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO CONFORME O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

Meta: Atingir, no mínimo, o índice de 80% até 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento, juntamente com o Painel de Indicadores e a Cesta de Iniciativas, Anexos II e III, compõem a Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Piauí para o ciclo 2021-2026.

A Estratégia, como um todo, é uma carta de intenções, pensada de forma coletiva e democrática, com o intuito de apontar o rumo que o TJPI precisa trilhar para sanar suas deficiências, potencializar suas forças e avançar no propósito maior de cumprir sua missão: **“Assegurar a Justiça e a Pacificação Social”**, que é o anseio de toda sociedade piauiense.

Todavia, para que a estratégia deixe de ser apenas mais uma carta de intenções e ganhe vida é preciso que cada membro da alta gestão, cada magistrado(a) e cada servidor(a) diga SIM e se comprometa em fazer o que for necessário para que a visão do TJPI de **“Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a Justiça de forma efetiva”** se torne, de fato, uma realidade.

Para tanto, a Estratégia precisa ser comunicada, entendida, desenvolvida, monitorada e, quando necessário, revisada. Esta missão cabe ao Comitê Gestor da Estratégia, subsidiado pela Secretaria de Gestão Estratégica - SEGES.

Olhar para a frente e fazer do presente a grande oportunidade de construir o futuro que todos desejam!

Avante TJPI!

ANEXO II

PAINEL DE INDICADORES

"O que não pode ser medido, não pode ser gerenciado."
William Edwards Deming

O QUE É O PAINEL DE INDICADORES?

O Painel de Indicadores é composto pela descrição de cada indicador nacional e institucional (o que mede, periodicidade, onde medir, como medir e a tendência), a série histórica (quando possível), as metas propostas e o acompanhamento dos resultados que serão alcançados anualmente durante o período de vigência do Planejamento Estratégico do TJPI, Ciclo 2021-2026.

MACRODESAFIO 1

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Indicador Nacional: IAJ - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

O que mede	TRATA-SE DE INDICADOR QUE BUSCA MEDIR O ACESSO À JUSTIÇA, PENSADO A PARTIR DE TRÊS TIPOS DE CAPITAIS (CIDADANIA, POPULAÇÃO E JUDICIÁRIO), DESMEMBRADOS EM DIMENSÕES (DIREITOS E DEVERES, VULNERABILIDADE E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS; PERFIL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA; E PADRÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, DISTRIBUIÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA).
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS – PNAD/E – IBGE; TAXA NASCIDOS VIVOS DE MÃES ENTRE 10 E 19 ANOS DE IDADE – SINASC/DATASUS; DÉFICIT DE ALTURA PARA A IDADE – MAPA INSAN/MDS; DÉFICIT DE PESO PARA A IDADE – MAPA INSAN/MDS; TAXA DE DOMICÍLIOS COM ÁGUA CANALIZADA – PNAD/E – IBGE; % DE MULHERES NA POPULAÇÃO – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; COEFICIENTE DE GINI – PNUD/RDHS GLOBAIS; % DE PESSOAS COM IDADE SUPERIOR A 50 ANOS – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 2º TRIMESTRE; % DE PESSOAS NA POPULAÇÃO QUE SE AUTODECLARAM NÃO BRANCAS – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; TEMPO MÉDIO DE DECISÃO; TAXA DE MAGISTRADOS NA POPULAÇÃO; TAXA DE VARAS NA POPULAÇÃO; E CASOS NOVOS DO 1º GRAU POR 100 MIL HABITANTES – JUSTIÇA EM NÚMEROS/CNJ;
Como medir	TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS – PNAD/E – IBGE; TAXA NASCIDOS VIVOS DE MÃES ENTRE 10 E 19 ANOS DE IDADE – SINASC/DATASUS; DÉFICIT DE ALTURA PARA A IDADE – MAPA INSAN/MDS; DÉFICIT DE PESO PARA A IDADE – MAPA INSAN/MDS; TAXA DE DOMICÍLIOS COM ÁGUA CANALIZADA – PNAD/E – IBGE; % DE MULHERES NA POPULAÇÃO – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; COEFICIENTE DE GINI – PNUD/RDHS GLOBAIS; % DE PESSOAS COM IDADE SUPERIOR A 50 ANOS – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 2º TRIMESTRE; % DE PESSOAS NA POPULAÇÃO QUE SE AUTODECLARAM NÃO BRANCAS – PNAD CONTÍNUA – ANUAL 1ª VISITA; TEMPO MÉDIO DE DECISÃO; TAXA DE MAGISTRADOS NA POPULAÇÃO; TAXA DE VARAS NA POPULAÇÃO; E CASOS NOVOS DO 1º GRAU POR 100 MIL HABITANTES – JUSTIÇA EM NÚMEROS/CNJ;
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	0,394

Meta: Alcançar, no mínimo, a média do 2º quartil do segmento da Justiça Estadual.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 2

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Indicador Nacional: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

O que mede	TRATA-SE DE PESQUISA A SER REALIZADA COM A SOCIEDADE E COM OS JURISDICIONADOS, A FIM DE CAPTAR A PERCEPÇÃO QUANTO ÀS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO PODER JUDICIÁRIO, BEM COMO A SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PRESTADOS.
Periodicidade	UMA NO INÍCIO E OUTRA AO FINAL DA ESTRATÉGIA PELO CNJ
Onde medir	PESQUISA DE CAMPO COM ABRANGÊNCIA NACIONAL E COM PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS DE JUSTIÇA. O CNJ, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS (DPJ), ELABORARÁ PROJETO DE APLICAÇÃO DA PESQUISA ENVOLVENDO AS FASES DE: A) PLANEJAMENTO AMOSTRAL; B) INSTRUMENTOS DE COLETA; E C) ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO (ON-LINE, PRESENCIAL ETC.).
Como medir	COM BASE NOS RESULTADOS DA PESQUISA E NAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica (TJPI)

2016	2017	2018	2019	2020
-	66,39%	-	-	-

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 90% de Satisfação até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Institucional: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO

O que mede	TRATA-SE DE PESQUISA A SER REALIZADA COM OS JURISDICIONADOS, A FIM DE CAPTAR A PERCEPÇÃO QUANTO O ATENDIMENTO PELO PODER JUDICIÁRIO.
Periodicidade	ANUAL.
Onde medir	PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA, PREFERENCIALMENTE, PELA SEÇÃO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA E ESTAGIÁRIOS DO TJPI, ENVOLVENDO AS FASES DE: A) PLANEJAMENTO AMOSTRAL; B) INSTRUMENTOS DE COLETA; E C) ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO (ON-LINE OU PRESENCIAL).
Como medir	COM BASE NOS RESULTADOS DA PESQUISA E NAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica (TJPI)

2016	2017	2018	2019	2020

-	-	-	-	-
---	---	---	---	---

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 80% de Satisfação com atendimento até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Institucional: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO INTERNA

O que mede	TRATA-SE DE PESQUISA A SER REALIZADA COM OS SERVIDORES, A FIM DE CAPTAR A PERCEPÇÃO QUANTO À SATISFAÇÃO E O CLIMA ORGANIZACIONAL DENTRO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
Periodicidade	ANUAL.
Onde medir	PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA, PREFERENCIALMENTE, PELA SEÇÃO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA E ESTAGIÁRIOS DO TJPI, ENVOLVENDO AS FASES DE: A) PLANEJAMENTO AMOSTRAL; B) INSTRUMENTOS DE COLETA; E C) ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO (ON-LINE OU PRESENCIAL).
Como medir	COM BASE NOS RESULTADOS DA PESQUISA E NAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES.
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR.

Série Histórica (TJPI)				
2016	2017	2018	2019	2020

Meta: Atingir, pelo menos, o Índice de 80% de Satisfação Interna até 2026	Índice de Referência (TJPI):						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

O que mede	PERCENTUAL OBTIDO NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 215, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	CNJ/DGE, EM https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/
Como medir	MÉDIA PONDERADA DOS ITENS AVALIADOS, CONFORME REQUISITOS E PESOS EM VIGOR DETALHADOS NA NORMATIVA MAIS RECENTE
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	68,42%	89,71%	87,05%

Meta: Atingir o Índice de 100% de Transparência até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 3

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Indicador Nacional: **TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS**

O que mede	O PERCENTUAL DE CASOS DE EXECUÇÃO FISCAL QUE PERMANECERAM PENDENTES DE SOLUÇÃO AO FINAL DO PERÍODO-BASE, EM RELAÇÃO AO QUE TRAMITOU (SOMA DOS PENDENTES E DOS BAIXADOS) DURANTE O PERÍODO-BASE.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS FÓRMULAS E OS GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ N. 76/2009, BEM COMO A PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS.
Como medir	$TCEXTFISC = CPEXTFISC1 / (CPEXTFISC1 + TBAIXEXTFISC1)$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
91,1%	49,2%	93,3%	89,8%	89,2%

Meta: Atingir o índice de 70% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: **TCL - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS**

O que mede	O PERCENTUAL DE PROCESSOS QUE, NO PERÍODO DE 12 MESES, PERMANECEU EM TRAMITAÇÃO SEM SOLUÇÃO DEFINITIVA. SÃO DESCONSIDERADOS OS PROCESSOS SUSPENSOS, SOBRESTADOS OU EM ARQUIVO PROVISÓRIO E AS EXECUÇÕES FISCAIS. COMPUTAR OS PROCESSOS DE 2º GRAU,
-------------------	--

	DE 1º GRAU, DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS (QUANDO APLICÁVEL), SOMANDO-SE OS CASOS DE CONHECIMENTO E DE EXECUÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NAO FISCAL.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS FÓRMULAS E OS GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ N. 76/2009, BEM COMO A PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS.
Como medir	$TCL = (CP - CPEXTFISC1 - SUSNFISC) / (TBAIX - TBAIXEXTFISC1 + CP - CPEXTFISC1 - SUSNFISC)$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
78,2%	76,5%	75,1%	74,6%	75,8%

Meta: Atingir o índice de 65% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: **IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA**

O que mede	A CAPACIDADE DO PODER JUDICIÁRIO EM DAR VAZÃO EM, PELO MENOS, O MESMO NÚMERO DE PROCESSOS INGRESSADOS, SITUAÇÃO EM QUE O INDICADOR ATINGE O VALOR IGUAL OU SUPERIOR A 100%. COMPUTAR OS PROCESSOS DE 2º GRAU, DE 1º GRAU, DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS (QUANDO APLICÁVEL), SOMANDO-SE OS CASOS DE CONHECIMENTO E DE EXECUÇÃO.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS FÓRMULAS E OS GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ Nº. 76/2009, BEM COMO A PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS.
Como medir	$IAD = \text{TOTAL DE BAIXADOS} / \text{CASOS NOVOS}$
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
89,3%	109,0%	96,4%	85,9%	95,1%

Meta: Atingir o índice superior a 110% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES, CONSIDERANDO AS FASES DENTRO DO JUDICIÁRIO

O que mede	O TEMPO DE DURAÇÃO DOS CASOS PENDENTES, DECORRIDO ENTRE A DATA DE AUTUAÇÃO/RECEBIMENTO ATÉ O ÚLTIMO DIA DO DO ANO-BASE, DESCONTADOS OS TEMPOS PROCESSUAIS EM QUE OS PROCESSOS PERMANECERAM FORA DO PODER JUDICIÁRIO, COMO, POR EXEMPLO, COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, COM AS PARTES ETC.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	-
Como medir	A MEDIÇÃO DESSE INDICADOR OCORRERÁ APÓS 12 MESES DA IMPLANTAÇÃO DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DE DOCUMENTOS.
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta:	Índice de Referência:						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 4

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Indicador Nacional: ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO

O que mede	É CALCULADO PELA RAZÃO ENTRE O TOTAL DE JULGAMENTOS POR PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE JULGAMENTOS DE PROCESSOS RELATIVOS A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A CORRUPÇÃO E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS, CONFORME TABELAS DE CLASSES E ASSUNTOS CONSTANTES DO ANEXO I.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), PARA OBTENÇÃO DO NÚMERO DE SENTENÇAS COM MOVIMENTO DE PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SENTENÇAS, CONFORME CLASSES E ASSUNTOS DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPUS) ESPECIFICADOS NO ANEXO I.
Como medir	ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO = JULGAMENTO COM PRESCRIÇÃO/ SENTENÇAS DE CONHECIMENTO
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS.

O que mede	INDICA O TEMPO DE DURAÇÃO DOS CASOS PENDENTES, DECORRIDO ENTRE A DATA DA AUTUAÇÃO/RECEBIMENTO ATÉ O ÚLTIMO DIA DO ANO-BASE, DOS PROCESSOS DE CORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE ILÍCITOS ELEITORAIS PENDENTES. PARA FINS DE CÁLCULO DA MÉDIA, OS PROCESSOS DE 2º GRAU, DE 1º GRAU, DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS (QUANDO APLICÁVEL) SERÃO COMPUTADOS COMO SE FOSSEM AÇÕES DISTINTAS, OU SEJA, SERÃO SOMADOS OS TEMPOS ENTRE OS MOVIMENTOS DE CADA INSTÂNCIA, DIVIDIDO PELO NÚMERO DE PROCESSOS EM CADA INSTÂNCIA.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS FÓRMULAS E OS GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ N. 76/2009 E A PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTICA EM NUMEROS, A SER APLICADA CONFORME CLASSES, ASSUNTOS E MOVIMENTOS DA TPU ESPECIFICADOS NO ANEXO I.
Como medir	$TpCpICE = \frac{\sum \text{TOTAL DE CASOS PENDENTES NOS PROCESSOS DE CORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE ILÍCITOS ELEITORAIS PENDENTES (DATA BASE DE CÁLCULO - DATA AUTUAÇÃO/RECEBIMENTO)}}{\text{TOTAL DE CASOS PENDENTES NOS PROCESSOS DE CORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE ILÍCITOS ELEITORAIS PENDENTES } TpSentIRDR = (\sum_{i=1}^{n} \text{SentIRDR}_i) / \text{SentIRDR}} \cdot \frac{DtAcordaoIRDR_i - DtAdmisIRDR_i}{\text{SentIRDR}}$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

O que mede	INDICA O PERCENTUAL DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES BAIXADOS EM RELAÇÃO AO ACERVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO TRIBUNAL, NO PERÍODO
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
Como medir	$\text{ÍNDICE DE PADs BAIXADOS} = (\text{PADs BAIXADOS}) / (\text{PADs Pendentes} + \text{PADs NOVOS})$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Cumprimento integral da meta 4 do CNJ	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 5

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

INDICADOR / META

Indicador Nacional: ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

O que mede	O PERCENTUAL ENTRE O TOTAL DE SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS DE ACORDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SENTENÇAS, CONFORME FÓRMULAS E GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 76. SERÃO CONSIDERADAS AS SENTENÇAS DE TODAS AS FASES (CONHECIMENTO E EXECUÇÃO), BEM COMO DE TODAS AS INSTÂNCIAS.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), SEGUNDO PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS
Como medir	$\text{IC} = \text{TOTAL DE SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS DE ACORDO} / \text{TOTAL DE SENTENÇAS}$
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
17,1%	11,4%	11,7%	12,7%	9,8%

Meta: Atingir índice de conciliação acima de 12%.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS CEJUSCs

O que mede	O TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS NOS CEJUSCS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS RECEBIDOS NO CEJUSC.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD, SEGUNDO PARAMETRIZAÇÃO PARA O PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL – ANEXO II.
Como medir	REACEJ = AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO REALIZADAS NOS CEJUSCS / (PROCESSOS DE CONHECIMENTO NÃO CRIMINAIS REMETIDOS PARA OS CEJUSCS + PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NOVOS INGRESSADOS NOS CEJUSCS)
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: ÍNDICE DE CASOS REMETIDOS PARA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

O que mede	O TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS PARA AS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CASOS NOVOS DE CONHECIMENTO NÃO CRIMINAIS PASSÍVEIS DE ACORDO NO TRIBUNAL.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO - DATAJUD, SEGUNDO PARAMETRIZAÇÃO PARA O PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL - ANEXO II
Como medir	REMCAM = PROCESSOS DE CONHECIMENTO NÃO CRIMINAIS REMETIDOS PARA AS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO/(CNCNCRIM1ºAC + CNCNCRIMJEAC + CN0NCRIM2ºAC + CNRNCRIM2º_AC + CN0NCRIMTR_AC + CNRNCRIMTR_AC)

Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR
------------------	----------------------

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DO ARTIGO 334 DO CPC**

O que mede	O TOTAL DE AUDIÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC), REALIZADAS EM QUALQUER UNIDADE JUDICIÁRIA, INCLUSIVE NOS CEJUSC OU NAS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO, EM RELAÇÃO AOS CASOS NOVOS DE CONHECIMENTO NÃO CRIMINAIS DE 1º GRAU E CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS DE 2º GRAU, PASSÍVEIS DE ACORDO.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), SEGUNDO PARAMETRIZAÇÃO PARA O PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL, CONFORME ANEXO II
Como medir	REMCEJ = (AUDIÊNCIAS DO ART. 334 DO CPC REALIZADAS NO 1º GRAU + AUDIÊNCIAS DO ART. 334 DO CPC REALIZADAS NO 2º GRAU) / (CASOS NOVOS DE CONHECIMENTO NÃO CRIMINAIS NO 1º GRAU PASSÍVEIS DE ACORDO + CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS NÃO CRIMINAIS NO 2º GRAU PASSÍVEIS DE ACORDO)
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020

Meta: Atingir, pelo menos, a média dos tribunais de pequeno porte.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 6

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

INDICADOR / META

Indicador Nacional: TEMPO MÉDIO ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO/OU SENTENÇA DE MÉRITO DO PRECEDENTE E A SENTENÇA DE APLICAÇÃO DA TESE

O que mede	O TEMPO DECORRIDO ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO/SENTENÇA DE MÉRITO DE UM PRECEDENTE E O JULGAMENTO DOS RESPECTIVOS PROCESSOS SUSPENSOS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCESSOS QUE ESTAVAM SOBRESTADOS E FORAM JULGADOS APÓS JULGAMENTO DO PRECEDENTE.
Periodicidade	-
Onde medir	BANCO NACIONAL DE DADOS DE DEMANDAS REPETITIVAS E PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS (BNPR)
Como medir	$TPSENTSOBR = \frac{\sum (\text{DATA DE TRANSITO EM JULGADO DO PROCESSO SOBRESTADO} - \text{DATA DA SENTENÇA DO MÉRITO DO PRECEDENTE})}{(\text{TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS QUE ESTAVAM SOBRESTADOS POR DETERMINADO PRECEDENTE JÁ JULGADO})}$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Atingir o tempo máximo de 100 (cem) dias entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TEMPO MÉDIO ENTRE AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)

O que mede	INDICA O TEMPO DECORRIDO ENTRE A AFETAÇÃO/ADMISSÃO E PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDRS), EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IRDRS COM ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO ANO.
-------------------	--

Periodicidade	-
Onde medir	BANCO NACIONAL DE DADOS DE DEMANDAS REPETITIVAS E PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS (BNPR)
Como medir	$TPSENTIRDR = \frac{\sum (\text{DATA DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS} - \text{DATA DA AFETAÇÃO/ADMISSÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS})}{(\text{TOTAL DE INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) COM ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO ANO})}$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Alcançar o período de 9 meses entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRs)	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Resultado							

Indicador Nacional: Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)

O que mede	O TEMPO DECORRIDO ENTRE A AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IACS), EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IACS COM ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO ANO.
Periodicidade	-
Onde medir	BANCO NACIONAL DE DADOS DE DEMANDAS REPETITIVAS E PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS (BNPR)
Como medir	$TPSENTIAC = \frac{\sum (\text{DATA DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO NO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC)} - \text{DATA DA AFETAÇÃO/ADMISSÃO DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC)})}{\text{TOTAL DE INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC) COM ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO ANO.}}$
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Alcançar o período de 9 meses entre a	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Resultado							

afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de assunção de competência (IACs)	Resultado						
--	------------------	--	--	--	--	--	--

MACRODESAFIO 7
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

INDICADOR / META

Indicador Nacional: - **ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS**

O que mede	INDICADOR SINTÉTICO RESULTANTE DE VÁRIOS INDICADORES DISTINTOS CALCULADOS COM BASE NOS DADOS DA RESOLUÇÃO CNJ N. 2015/2015. OS RESULTADOS, O MÉTODO APLICADO E OS INDICADORES UTILIZADOS CONSTAM NA PUBLICAÇÃO ANUAL DO "BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO", PRODUZIDO PELO DPJ/CNJ
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	PLS-Jud, Resolução CNJ n. 201/2015, em .
Como medir	CONFORME DESCRITA NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
-	35,70%	29,90%	31,90%	-

Meta: Atingir o IDS de 50% até 2026.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Metas Específicas:

	Atual	Meta
--	-------	------

Redução do consumo de energia elétrica	92 KWh/área total	41 KWh/área total
Redução do consumo de água	0,75 m ³ / área total	0,27 m ³ / área total
Aumentar participação em ações de qualidade de vida	808 participações/ano	8000 participações/ano
Redução consumo de copos descartáveis	6,4 centos/pessoa	0
Redução do consumo de papel	9,9 resmas por pessoa	até 4 resmas por pessoa
Cursos Socioambiental	2 cursos por ano	4 cursos por ano
Redução do consumo de água envasada descartável	39 garrafas/pessoa	0

MACRODESAFIO 8

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

INDICADOR / META

Indicador Nacional: TAXA DE ENCARCERAMENTO

O que mede	INDICA O TOTAL DE PRESOS PROVISÓRIOS E PRESOS CONDENADOS POR 100 MIL HABITANTES
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP 2.0) E INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
Como medir	$TE = [(PRESOS PROVISORIOS + PRESOS CONDENADOS) / (HABITANTES)] * 100.000$
Tendência	QUANTO MENOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
126* Dados SEJUS-PI	131* Dados SEJUS-PI	126	168	202

Meta: Manter a taxa abaixo da média nacional	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TpCpCCrim - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO

O que mede	INDICA O TEMPO DE DURAÇÃO DOS CASOS PENDENTES, DECORRIDO ENTRE A DATA DA AUTUACAO/RECEBIMENTO ATÉ O ÚLTIMO DIA DO ANO-BASE, DOS PROCESSOS CONSIDERADOS NA VARIÁVEL CpCCrim NAS FORMULAS E GLOSSÁRIOS DOS ANEXOS DA RESOLUÇÃO CNJ n. 76/2009.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS FORMULAS E OS GLOSSÁRIOS DA RESOLUÇÃO CNJ N. 76/2009, BEM COMO A PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS, A SER APLICADA CONFORME CLASSES, ASSUNTOS E MOVIMENTOS DA TPU.
Como medir	TcCp APLICADA AOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO CRIMINAIS
Tendência	QUANTO MENOR MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
			4a 10m	

Meta: Cumprir integralmente as metas 1 e 2 do CNJ	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TpDecPen - TEMPO MÉDIO DAS DECISÕES EM EXECUÇÃO PENAL

O que mede	TEMPO MÉDIO ENTRE A DATA DO INCIDENTE INSTAURADO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO E O JULGAMENTO DO INCIDENTE.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU).
Como medir	$TpDecPen = \frac{\sum_i (\text{DATA DE JULGAMENTO DO INCIDENTE } i - \text{DATA DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE } i)}{(\text{QUANTITATIVO DE INCIDENTES JULGADOS})}$
Tendência	QUANTO MENOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Concessão dos benefícios no prazo de 30 dias do cumprimento do tempo (considerar a data de início da execução)	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: TpPrisProv - TEMPO MÉDIO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA DOS PRESOS PROVISÓRIOS

O que mede	INDICA O TEMPO MÉDIO ENTRE O DIA DA PRISÃO DOS PRESOS PROVISÓRIOS E O JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	A PARTIR DA CONJUGAÇÃO DE DADOS DISPONÍVEIS NOS SISTEMAS DO CNJ.
Como medir	TOTALIZAÇÃO DO TEMPO (EM DIAS) ENTRE A PRISÃO DOS PRESOS PROVISÓRIOS NO ANO BASE E O JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE PRESOS PROVISÓRIOS.
Tendência	QUANTO MENOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Julgar em até 180 dias (inclusive para sentença de pronúncia) do recebimento da denúncia.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 9

APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR / META

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"**

O que mede	PERCENTUAL DA PONTUAÇÃO ALCANÇADA NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "DADOS E TECNOLOGIA" (CORRESPONDENTE AO ANTIGO "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"), CONFORME REGULAMENTO EM VIGOR DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE, EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO TOTAL DESSES EIXOS.
Periodicidade	ANUAL
Onde medir	PORTARIA QUE REGULAMENTA O PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE E INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS PELOS TRIBUNAIS PARA AVALIAÇÃO DA PREMIAÇÃO.
Como medir	$PRÊMIO\ GOV-DADOS = ((SOMA\ DA\ PONTUAÇÃO\ ALCANÇADA\ NOS\ EIXOS\ "GOVERNANÇA"\ E\ "DADOS\ E\ TECNOLOGIA") / (SOMA\ DA\ PONTUAÇÃO\ MÁXIMA\ NOS\ EIXOS\ "GOVERNANÇA"\ E\ "DADOS\ E\ TECNOLOGIA")) * 100$
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	50,32%

Meta: Alcançar desempenho maior que 85% até 2026 nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 10

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR / META

Indicador Nacional: **ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA**

O que mede	O PERCENTUAL DE AUSÊNCIAS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES (REQUISITADOS OU NÃO) AO TRABALHO POR MOTIVO DE DOENÇA PRÓPRIA.
Periodicidade	MENSALMENTE

Onde medir	SISTEMA DE QUESTIONÁRIOS DO CNJ (MÓDULO SAÚDE)
Como medir	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO = DIAS DE AUSÊNCIA POR MOTIVO DE SAÚDE (PRÓPRIA OU DE FAMILIAR) DE MAGISTRADO E SERVIDORES / (QUANTIDADE DE DIAS NO ANO * TOTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NO FINAL DO PERÍODO)
Tendência	QUANTO MENOR, MELHOR

Série Histórica - M 1,5% S - 1,9% JE - M-1,3 S-1,7				
2016	2017	2018	2019	2020
-	1,58%	2,5%	2,42%	1,52%

Meta: Manter a média nacional	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO - TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O que mede	O PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
Periodicidade	-
Onde medir	PLS-JUD, CONFORME GLOSSÁRIO DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº. 201/2015
Como medir	CONFORME GLOSSÁRIO DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 201/2015
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
0,30%	11,10%	2,20%	800 participações 2,60%	11,70%

Meta: Alcançar 8.000 (oito mil) participações ao ano	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

O que mede	O PERCENTUAL DE MAGISTRADOS CAPACITADOS (PARTICIPANTES QUE CONCLUÍRAM, AO MENOS, UM CURSO DE CAPACITAÇÃO) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MAGISTRADOS.
Periodicidade	ANUALMENTE

Onde medir	ESCOLAS JUDICIAIS - ENFAM, ENAMAT E ENAJUM.
Como medir	ICAPM = (TOTAL DE MAGISTRADOS CAPACITADOS / TOTAL DE MAGISTRADOS) * 100
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
-	28%	48%	197%	89%

Meta: Atingir percentual maior do que 95% no índice de capacitação de magistrados a partir 2022	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

O que mede	O PERCENTUAL DE CAPACITADOS (PARTICIPANTES QUE CONCLUÍRAM CURSO DE CAPACITAÇÃO) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	CEAJUD / CNJ
Como medir	ICAPS = (TOTAL DE CAPACITADOS / TOTAL DE SERVIDORES) * 100
Tendência	QUANTO MAIOR, MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
	36%	58%	78%	98%

Meta: Atingir percentual maior do que 95 % no índice de capacitação de Servidores a partir 2022	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 11

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADOR / META

Indicador Nacional: - IDOB - ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS

O que mede	MEDE O PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA COM AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, REVELANDO, POR CONSEQUÊNCIA, AS RESTANTES DISPONIBILIDADES PARA AS DESPESAS SOBRE AS QUAIS A ADMINISTRAÇÃO TEM DISCRICIONARIEDADE NA UTILIZAÇÃO.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	ESTE ÍNDICE SERÁ APURADO ANUALMENTE PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE CADA ENTE FEDERADO. ESTIMA-SE O MÊS DE ABRIL COMO PRAZO FINAL PARA A APURAÇÃO. DEVIDO A EVENTUAIS DIFERENÇAS NOS PARÂMETROS E CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS EM CADA ESTADO, PODERÁ HAVER A NECESSIDADE DE CONSULTA AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, PREVIAMENTE A APURAÇÃO DO ÍNDICE, PARA CONFIRMAÇÃO DAS DOTAÇÕES COM ESSAS CARACTERÍSTICAS.
Como medir	$IDob = (DOb / DIn) * 100$
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
89,32%	87,83%	87,26%	86,78%	86,92%

Meta: Alcançar o Índice de 90% até 2026	Índice de Referência:						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: - IEDD - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

O que mede	INDICA O GRAU DE APROVEITAMENTO DAS DOTAÇÕES APROVADAS NO ORÇAMENTO E EM CRÉDITOS ADICIONAIS E DESTINADAS ÀS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS. O PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DESSES RECURSOS NO EXERCÍCIO RELACIONA-SE COM O GRAU DE ACERTO DA ADMINISTRAÇÃO NAS PRIORIZAÇÕES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO POR OCASIÃO DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	ESTE ÍNDICE SERÁ APURADO ANUALMENTE PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (SIAFI) PARA O LEVANTAMENTO DOS DADOS RELATIVOS AOS TRIBUNAIS

	INTEGRANTES DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO. ESTIMA-SE O MÊS DE ABRIL COMO PRAZO FINAL PARA A APURAÇÃO. NO QUE SE REFERE AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, ESTE CONSELHO UTILIZARÁ OS DADOS DE EXECUCAO ORCAMENTARIA PUBLICADOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CNJ N. 102/2009.
Como medir	$IEDD = (EDD / DD) * 100$
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
75,88%	90,10%	93,88%	89,37%	82,10%

Meta: Alcançar o Índice de 93% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: - IEP - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS

O que mede	INDICA O GRAU DE APROVEITAMENTO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, APROVADAS NO ORÇAMENTO E EM CRÉDITOS ADICIONAIS, CLASSIFICADAS COMO PROJETOS. O PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DESSES RECURSOS NO EXERCÍCIO RELACIONA-SE COM A CAPACIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DE EXECUTAR SEUS INVESTIMENTOS E O ACERTO NAS PRIORIZAÇÕES.
Periodicidade	MENSALMENTE
Onde medir	ESTE ÍNDICE SERÁ APURADO ANUALMENTE PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR MEIO DO SIAFI PARA O LEVANTAMENTO DOS DADOS RELATIVOS AOS TRIBUNAIS INTEGRANTES DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO. ESTIMA-SE O MÊS DE ABRIL COMO PRAZO FINAL PARA A APURAÇÃO. NO QUE SE REFERE AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, ESTE CONSELHO UTILIZARÁ OS DADOS DE EXECUCAO ORCAMENTARIA PUBLICADOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CNJ N. 102/2009. DEVIDO A EVENTUAIS DIFERENÇAS NOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELOS ESTADOS NA IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CLASSIFICADAS COMO PROJETOS, PODERÁ HAVER NECESSIDADE DE CONSULTA AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, PREVIAMENTE A APURAÇÃO DO ÍNDICE, PARA CONFIRMAÇÃO DAS DOTAÇÕES COM ESSAS CARACTERÍSTICAS.
Como medir	$IEP = (EDP / DP) * 100$
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
73,13%	89,04%	97,80%	85,41%	80,30%

Meta: Alcançar o Índice de 89% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

MACRODESAFIO 12
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

INDICADOR / META

Indicador Nacional: IGovTIC-JUD

O que mede	REFERE-SE A PONTUAÇÃO ALCANÇADA NA ÚLTIMA APURAÇÃO DO IGOVTI-JUD, PUBLICADA PELO COMITÊ NACIONAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO CNJ.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO CNJ FÓRMULA DE CÁLCULO: CONFORME RESOLUÇÃO CNJ Nº 370/2021.
Como medir	CONFORME RESOLUÇÃO CNJ Nº 370/2021.
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica				
2016	2017	2018	2019	2020
0,36	0,41	0,44	0,58	0,69

Meta: Atingir o índice de 0,8 até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Nacional: PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL
--

O que mede	TOTAL DE CASOS ELETRÔNICOS EM RELAÇÃO AO ACERVO TOTAL.
Periodicidade	ANUALMENTE
Onde medir	BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO (DATAJUD), SEGUNDO PARAMETRIZAÇÃO DO JUSTICA EM NUMEROS
Como medir	ICele = CASOS PENDENTES ELETRÔNICOS / CASOS PENDENTES
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Série Histórica

2016	2017	2018	2019	2020
-	-	-	-	-

Meta: Atingir o índice de 100% até 2026	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

Indicador Institucional: ÍNDICE DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO CONFORME O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

O que mede	MEDE A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DOS ATENDIMENTOS DE TIC
Periodicidade	SEMESTRAL
Onde medir	SISTEMA DE ATENDIMENTOS GLPI
Como medir	RELATÓRIOS ESPECIALIZADOS
Tendência	QUANTO MAIOR MELHOR

Meta: Atingir, no mínimo, o índice de 80% até 2026.	MONITORAMENTO						
	Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Resultado						

ANEXO III
CESTA DE INICIATIVAS

**“Coisas incríveis no mundo dos negócios
nunca são feitas por uma única pessoa, e sim
por uma equipe”**

Steve Jobs

O QUE É A CESTA DE INICIATIVAS?

É um repositório das sugestões de iniciativas (ações, projetos, programas) apresentadas pela sociedade, órgãos parceiros (OAB, MP, DP), magistrados e servidores em decorrência dos diversos processos participativos (Consulta Pública com ampla participação, Reuniões com a Equipe de Transição da Gestão 2021/2022, Ciclos de Líderes Avançados - I Jornada do Planejamento Estratégico 2021) realizados pelo TJPI, através da Secretaria de Gestão Estratégica - SEGES.

A Cesta de Iniciativas está organizada da seguinte forma: uma cartela contendo todas as iniciativas sugeridas e a distribuição das mesmas pelos macrodesafios, numerados de 1 a 12, com os quais o TJPI irá trabalhar durante o terceiro Ciclo de Planejamento Estratégico. Na cartela, é possível perceber abaixo de cada iniciativa o(s) número(s) do(s) macrodesafio(s) com o(s) qual(is) foi alinhada.

A Cesta de Iniciativas trata-se de um documento dinâmico, sujeito a revisões periódicas, podendo a ela ser acrescentadas outras sugestões de iniciativas e servirá de subsídio quando da elaboração dos Planos de Gestão que serão executados durante a vigência do Planejamento Estratégico, Ciclo 2021-2026.

O Comitê Gestor da Estratégia, subsidiado pela SEGES, definirá dentre as iniciativas constantes da Cesta, quais delas receberão a classificação de “Iniciativa Estratégica” e das consideradas estratégicas, quais delas devem ser priorizadas.

MACRODESAFIO 1
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Programa “QUANTO CUSTA A MINHA JUSTIÇA?”

Processos 100% Virtuais

Juizo 100% Digital (Resolução N° 345/2020)

Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Estadual

Aprimorar sistema de prevenção de litígio

Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica

Projeto Mulherex

Conclusão da Implantação do PJE

Implantar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (Res. CNJ 351/2020)

Expansão e aprimoramento de ações da Justiça Itinerante

Fortalecimento do NUAPSSOCIAL (Expansão e aprimoramento - aumento da força de trabalho)

Erradicação do sub-registro (Estabelecer diretrizes para levar à população o acesso ao registro civil das pessoas naturais - Justiça Itinerante)

Campanha de Conscientização de Direitos Coletivos para incentivar a Sociedade Organizada a ingressar no Judiciário

Priorização do julgamento de demandas estruturais

Programa de Ressocialização de Egressos

MACRODESAFIO 2

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade

Melhorar o relacionamento e grau de satisfação dos Usuários (externos)

Aprimorar a Gestão de dados e informação

Aprimorar a Gestão de Pessoas

Aperfeiçoamento da gestão da imagem institucional do Poder Judiciário do Estado do Piauí

Realizar Pesquisa Anual de Satisfação do Usuário

Integrar Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, INSS e outras instituições através do PJe.

Ampliar a interação com órgãos parceiros

Prover meios para interiorizar (expandir para as comarcas mais distantes) as ações do tribunal

Criação de programa de rádio para facilitar a comunicação com a sociedade

Mapear e aprimorar os fluxos de trabalho da ouvidoria

Melhorar sistema de informação da ouvidoria

Pesquisa de satisfação para os atendimentos feitos ao público

Realizar Pesquisa Anual de Clima Organizacional

MACRODESAFIO 3

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Prêmio Mais Justiça TJPI

Aprimorar a Gestão de dados e informação

Projeto “Atenção ao juízo de admissibilidade” – preparando o processo eficiente

Juízo 100% Digital (Resolução Nº 345/2020)

Impulsionar e incrementar a produtividade – perspectiva voltada ao conflito

Projeto "Secretaria Unificada" - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau
Laboratório Opala Lab
Conclusão da Implantação do PJE (migração)
Centrais Remotas de Trabalho de 1º e 2º Grau
Melhorar as condições de teletrabalho e trabalho remoto
Calendário de baixa processual (pela própria unidade)
Mutirões específicos
Lotação com qualificação mínima (Direito / Administração)
Estímulo para o servidor seguir uma "trilha" de cursos específicos
Inclusão de ferramentas com uso de IA para medir a produtividade por servidor
Gestão por competência (colocar as pessoas certas nos lugares certos / avaliação de desempenho)
Mapeamento de processos de trabalho, padronização mínima, manual de rotina
Reduzir o número de Varas Únicas com a criação de Fóruns Regionais Integrados - FRI
Cartilha explicativa
Disseminação de boas prática
Inverter a cobrança de custas (Continuidade)
Melhorar a distribuição da força de trabalho

MACRODESAFIO 4

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade
Processos 100% Virtuais
Juizo 100% Digital (Resolução N° 345/2020)
Aprimorar o controle e a administração dos processos de Improbidade administrativa - foco na META 4
Criar ferramenta eletrônica de acompanhamento e gestão dos Processos Administrativos Disciplinares (PJE Administrativo)

Instituição do Comitê Gestor de Metas do CNJ

Projeto Guardião focado em processos da Meta 4

MACRODESAFIO 5

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade

Aprimorar o sistema de prevenção de litígio (CONCILIARE e plataformas de conciliação virtual)

Expansão e aprimoramento de ações da Justiça Itinerante PARA CONTABILIZAR OS DADOS PROCESSUAIS NO DATAJUD.

Manter campanhas de incentivo à mediação e conciliação em 1º e 2º grau (processual e pré-processual)

62 Projeto "a Justiça vai à escola" - com ações integradas de educação, valorização dos direitos humanos e prevenção ao litígio em escolas e instituições de ensino superior

MACRODESAFIO 6

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade

Projeto "Atenção ao juízo de admissibilidade" – preparando o processo eficiente

Projeto Central da Jurisprudência do TJPI – uniformização e divulgação

Consolidar sistema de precedentes obrigatórios

Criação de mecanismos para identificação, monitoramento e tratamento de processos de demandas repetitivas

Priorizar a tramitação dos IRDRs e IAC, com a conseqüente conscientização dos Gabinetes de 2º Grau

Gestão automatizada dos processos sobrestados decorrentes de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR)

Aprimoramento da ferramenta NUGEPWEB
Aprimoramento do fluxo de informações sobre recursos repetitivos e repercussão geral
Fomentar a utilização do IRDR e IAC e divulgação através de cartilhas ou outros meios que detalhem os procedimentos de forma clara e objetiva
Promover a disseminação do conhecimento relacionado ao sistema de precedentes judiciais em todas as comarcas, através das redes sociais (Youtube, Instagram, dentre outras), de grupos de estudos ou outras ferramentas.
Promover uma maior aproximação com a OAB com a conscientização da importância do cadastramento correto de um processo
Atualização do Provimento Conjunto nº.11/2016

MACRODESAFIO 7

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Processos 100% Virtuais
Juízo 100% Digital (Resolução Nº 345/2020)
Conclusão da Implantação do PJE
Elaborar o Plano de Logística Sustentável para o quadriênio de 2021 a 2024
Desenvolver um Programa de Consumo Consciente no âmbito do TJPI
Elaborar normativo traçando diretrizes para reduzir o consumo de energia elétrica
Desenvolver ações de conscientização para redução do consumo de água voltadas para o corpo funcional
Expandir o sistema de reuso de água para outros prédios do PJPI
Ranquear o consumo de água por prédio
Dar continuidade às ações de eliminação do consumo de copos descartáveis
Incentivar o uso recipientes duráveis individuais no corpo funcional
Elaboração de Portaria para suspender a aquisição de copos descartáveis para água

Elaborar normativo para regulamentar a política de impressão
Promover ações de conscientização do corpo funcional acerca do consumo de papel
Revisar o contrato de terceirização de impressão (“Outsourcing”), para diminuir consumo de papel
Implantar a coleta seletiva no TJPI
Eliminar o consumo de garrafas descartáveis de água mineral
Promover ações de conscientização do corpo funcional acerca da eliminação do consumo de garrafas de água mineral
Implantar o Programa de Higienização Periódica de Bebedouros
Realizar parceria com a SUGESQ para realização de eventos que promovam a qualidade de vida do corpo funcional
Aperfeiçoar o Programa Vida Saudável
Implantar Programa de Ginástica Laboral
Realizar parcerias com a EJUD para promoção de capacitação socioambiental

MACRODESAFIO 8

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Aprimorar a gestão da Justiça Criminal
Atualização do BNMP 2.0. e SNA.
SAAB nas comarcas de interior
Cursos anuais pela EJUD sobre SEEU, BNMP, SNA, prisões provisórias e audiência de custódia (capacitação em justiça criminal e execução penal)
Padronização de fluxos de trabalho (plantão regionalizado, inserção de informações nos sistemas BNMP, SNA)
Campanha de incentivo a aplicação de penas alternativas e medidas alternativas à internação
Relatório estatístico de justiça criminal e execução penal focado em réus presos e adolescentes internados (provisórios e em execução de pena) - analisar possibilidade de relatórios baseados em movimentações
Controle de prescrição 4ª vara criminal
Programa de Ressocialização de Egressos

MACRODESAFIO 9

APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade

Capacitar com Foco na Estratégia e na Gestão Por Competência (Resolução CNJ 192/2014)

Realizar Encontro Estadual da Estratégia do TJPI

Aprimorar a Gestão de dados e informação

Institucionalizar sistemas judiciais e administrativos

Aprimorar a gestão documental e arquivística

Aprimorar a Governança Institucional

Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Estadual

Projeto Mulherex

Migração de todos os processos para o PJE

Desdobramento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (Res. CNJ 370/2021)

Gestão automatizada dos processos sobrestados decorrentes de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR)

Reduzir para 1 (PJe), o número dos Sistemas Judiciais do TJPI

Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências.(Resoluções CNJ 308 e 309/2020)

MACRODESAFIO 10

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Capacitar com Foco na Estratégia e na Gestão Por Competência (Resolução CNJ 192/2014)

Aprimorar a Gestão de Pessoas
Programa Qualidade de Vida no Trabalho (Definição de um dia no mês para ações de qualidade, no formato virtual)
Implantar a Política de Gestão de Pessoas (Res. CNJ n. 240/2016)
Programa de Aposentadoria Incentivada
Criação de ferramentas de monitoramento de licenças e afastamentos para providências proativas
Avaliação de Desempenho no TJPI (Realizar, como projeto piloto, nos próximos dois anos, a Avaliação de Desempenho dos Servidores Efetivos que estejam em Estágio Probatório, conforme exigência da Lei Complementar 230/20217) com a vinculação ao avanço (progressão) na carreira, ampliando para todos os servidores
Adequação da força de trabalho nas unidades de 1º e 2º Grau conforme lotação paradigma (Revisão da lotação paradigma - Res. 219) - Análise de Cluster
Indicação de no mínimo 50% da programação dos cursos a serem oferecidos pela EJUD à SEGES / Alta Gestão
Revisão do normativo de cursos (desburocratização) - não ser necessária autorização para participação em cursos virtuais
Obrigatoriedade de cursos e treinamentos aos servidores em sistemas e atribuições próprias
Mapeamento dos afastamentos por motivo de saúde, com publicação bimestral de dados da saúde
Pesquisas anuais voltadas à saúde através da ida da SUGESQ às unidades para coleta de dados
Interiorização da SUGESQ
Participações obrigatórias em ações de qualidade de vida

MACRODESAFIO 11

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária de contratos e financeira do TJPI
Instituir Política de Governança das Contratações Pública - Res. n. 347/2020 d CNJ
Desenvolver e implantar ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de cartão de crédito, débito e PIX
Implantar programa para diminuir despesas com aluguéis no Piauí
Desenvolver e implantar sistema eletrônico para cálculo de atualização monetária, juros e multa dos valores devidos ao Poder Judiciário

Implantar Sistema Contábil de Custos de unidades do TJPI, servidores e magistrados, etc.
Implantar os Registros Contábeis Patrimoniais
Programa “Padronizar é preciso” - elaboração e aplicação de manual de rotinas e padronização de atos administrativos
Programa de regularização patrimonial dos imóveis pertencentes ao TJPI
Diálogo SOF- SEGES para monitoramento/acompanhamento de indicadores do PPA
Revisão do fluxo de trabalho para trâmite de precatórios e outros pagamentos (SOF/Precatórios)
Interligação e aprimoramento Sistema Contábil de Custos e Registros Contábeis Patrimoniais
Acompanhamento do Processo de Planejamento e Monitoramento das Contratações e Orçamento de TIC

MACRODESAFIO 12

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Prêmio Mais Justiça TJPI
Institucionalizar a gestão de projetos no TJPI
Aprimorar a Gestão de dados e informação
Gestão Inteligente do Acervo
Processos 100% Virtuais
Implantação do Laboratório de Inovação do TJPI
Juizo 100% Digital (Resolução Nº 345/2020)
Aprimorar a Gestão de Pessoas
Projeto “Secretaria Unificada” - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau
Aprimorar o controle e a administração dos processos de Improbidade administrativa - foco na META 4
Desdobramento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (Res. CNJ 370/2021)
Gestão automatizada dos processos sobrestados decorrentes de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR)

Criação de ferramentas de monitoramento de licenças e afastamentos para providências proativas
Reduzir para 1 (PJe), o número dos Sistemas Judiciais do TJPI
Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
Promover Transformação Digital
Aprimorar as Aquisições e Contratações
Aprimorar as Aquisições e Contratações
Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Buscar a Inovação de Forma Colaborativa
Cumprir Força de Trabalho de TIC do TJPI em conformidade ao cálculo instituído pelo CNJ
Garantir que nenhum servidor de TI seja lotado fora da STIC
Alinhamento do orçamento de TIC à resolução 370 (e-mail)
Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito do TJPI

CARTELA DE INICIATIVAS

Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade (2)(4)(5)(6)(9)	Capacitar com Foco na Estratégia e na Gestão Por Competência (Resolução CNJ 192/2014) (9)(10)	Realizar Encontro Estadual da Estratégia do TJPI (9)
Melhorar o relacionamento e grau de satisfação dos Usuários (2)	Prêmio Mais Justiça TJPI (3)(12)	Programa “QUANTO CUSTA A MINHA JUSTIÇA?” (1)
Institucionalizar a gestão de projetos no TJPI (12)	Aprimorar a Gestão de dados e informação (2)(3)(9)(12)	Projeto “Atenção ao juízo de admissibilidade” – preparando o processo eficiente (3)(6)
Gestão Inteligente do Acervo 12)	Processos 100% Virtuais (1)(4)(7)(12)	Institucionalizar sistemas judiciais e administrativos (9)
Implantação do Laboratório de Inovação do TJPI (12)	Juizo 100% Digital (Resolução Nº 345/2020) (1)(3)(4)(7) (12)	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária de contratos e financeira do TJPI (11)
Instituir Política de Governanças das Contratações Públicas - Res. CNJ n. 347/2020 (11)	Aprimorar a gestão documental e arquivística (9)	Aprimorar a Gestão de Pessoas (2)(10)(12)
Aprimorar a Governança Institucional (9)	Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Estadual (1)(9)	Programa Qualidade de Vida no Trabalho (10)
Impulsionar e incrementar a produtividade – perspectiva voltada ao conflito (3)	Projeto “Calendário de baixas processuais” (3)	Projeto “Secretaria Unificada” - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau (3)(12)

Projeto Central da Jurisprudência do TJPI – uniformização e divulgação (6)	Aprimorar o controle e a administração dos processos de Improbidade administrativa - foco na META 4 (4)(12)	Aprimorar sistema de prevenção de litígio (1)(5)
Consolidar sistema de precedentes obrigatórios (6)	29 Aprimorar a gestão da Justiça Criminal (8)	Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica (1)
Projeto Mulherex (1)(9)	Laboratório Opala Lab (3)	Desenvolver e implantar ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de cartão de crédito, débito e PIX (11)
Implantar programa para diminuir despesas com aluguéis em Teresina (no Piauí) (11)	Desenvolver e implantar sistema eletrônico para cálculo de atualização monetária, juros e multa dos valores devidos ao Poder Judiciário	Implantar Sistema Contábil de Custos de unidades do TJPI, servidores e magistrados, etc. (11)
Implantar os Registros Contábeis Patrimoniais (11)	Programa “Padronizar é preciso” - elaboração e aplicação de manual de rotinas e padronização de atos administrativos (11)	Programa de regularização patrimonial dos imóveis pertencentes ao TJPI (11)
Acompanhamento do Processo de Planejamento e Monitoramento das Contratações e Orçamento de TIC (11)	Migração de todos os processos para o PJE (1)(3)(7)(9)	Implantar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (Res. CNJ 351/2020) (1)
Buscar a Inovação de Forma Colaborativa (12)	Centrais Remotas de Trabalho de 1º e 2º Grau(3)	Desdobramento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (Res. CNJ 370/2021) (9)(12)
Implantar a Política de Gestão de Pessoas (Res. CNJ 240/216)	Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores (12)	Expansão e aprimoramento de ações da Justiça Itinerante (1)(5)

(10)		
Criação de mecanismos para identificação, monitoramento e tratamento de processos de demandas repetitivas (6)	Priorizar a tramitação dos IRDRs e IAC (6)	Programa de Aposentadoria Incentivada (10)
Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências.(Resoluções CNJ 308 e 309/2020) (9)	54 Gestão automatizada dos processos sobrestados decorrentes de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) (6)(9)(12)	Criação de ferramentas de monitoramento de licenças e afastamentos para providências proativas (10)(12)
Reduzir para 1 (PJe), o número dos Sistemas Judiciais do TJPI (9)(12)	Aperfeiçoamento da gestão de imagem institucional do Poder Judiciário do Estado do PI (2)	Realizar Pesquisas de Satisfação do Usuário (2)
Criar ferramenta eletrônica de acompanhamento e gestão dos Processos Administrativos Disciplinares (4)	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão (12)	Realização de campanhas de incentivo à mediação e conciliação (5)
Realização do Projeto "a Justiça vai à escola", com ações integradas de educação, valorização dos direitos humanos e prevenção ao litígio em escolas e instituições de ensino superior (5)	Aprimoramento da ferramenta NUGEPWEB (6)	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados (12)
Aprimoramento do fluxo de informações sobre recursos repetitivos e repercussão geral (6)	Fomentar a utilização do IRDR e IAC (6)	Promover a disseminação do conhecimento relacionado ao sistema de precedentes judiciais em todas as comarcas (6)
Implantar Avaliação de Desempenho no TJPI (Realizar, como projeto piloto, nos próximos dois anos, a Avaliação de Desempenho dos	Adequação da força de trabalho nas unidades de 1º e 2º Grau conforme lotação paradigma (Revisão da lotação paradigma)	Fortalecimento do NUAPSSOCIAL (Expansão e aprimoramento - aumento da força de trabalho)

Servidores Efetivos que estejam em Estágio Probatório, conforme exigência da Lei Complementar 230/20217) (10)	(10)	(1)
Erradicação do sub-registro (Estabelecer diretrizes para levar à população o acesso ao registro civil das pessoas naturais - Justiça Itinerante) (1)	Campanha de Conscientização de Direitos Coletivos para incentivar a Sociedade Organizada a ingressar no Judiciário (1)	Priorização do julgamento de demandas estruturais (1)
Integrar Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, INSS e outras instituições através do PJe. (2)	Ampliar a interação com órgãos parceiros (2)	Prover meios para interiorizar (expandir para as comarcas mais distantes) as ações do tribunal (2)
Criação de programa de rádio para facilitar a comunicação com a sociedade (2)	Mapear e aprimorar os fluxos de trabalho da ouvidoria (2)	Melhorar sistema de informação da ouvidoria (2)
80 Pesquisa de satisfação para os atendimentos feitos ao público (2)	Realizar Pesquisa Anual de Clima Organizacional (2)	Melhorar as condições de teletrabalho e trabalho remoto (3)
83 Mutirões específicos (3)	Lotação com qualificação mínima (Direito / Administração) (3)	85 Estímulo para o servidor seguir uma “trilha” de cursos específicos (3)
86 Inclusão de ferramentas com uso de IA para medir a produtividade por servidor (3)	Gestão por competência (colocar as pessoas certas nos lugares certos / avaliação de desempenho) (3)	88 Mapeamento de processos de trabalho, padronização mínima, manual de rotina (3)
89 Reduzir o número de Varas Únicas com a criação de Fóruns Regionais Integrados - FRI (3)	90 Cartilha explicativa (3)	91 Disseminação de boas prática (3)
Inverter a cobrança de custas (Continuidade) (3)	Melhorar a distribuição da força de trabalho (3)	Instituição do Comitê Gestor de Metas do CNJ (4)

Projeto Guardião focado em processos da Meta 4 (4)	Promover uma maior aproximação com a OAB com a conscientização da importância do cadastramento correto de um processo(6)	Atualização do Provimento Conjunto nº.11/2016 (6)
Elaborar o Plano de Logística Sustentável para o quadriênio de 2021 a 2024 (7)	Desenvolver um Programa de Consumo Consciente no âmbito do TJPI (7)	100 Elaborar normativo traçando diretrizes para reduzir o consumo de energia elétrica (7)
Desenvolver ações de conscientização para redução do consumo de água voltadas para o corpo funcional (7)	Expandir o sistema de reuso de água para outros prédios do PJPI (7)	Ranquear o consumo de água por prédio (7)
Dar continuidade às ações de eliminação do consumo de copos descartáveis (7)	Incentivar o uso recipientes duráveis individuais no corpo funcional (7)	Elaboração de Portaria para suspender a aquisição de copos descartáveis para água (7)
Elaborar normativo para regulamentar a política de impressão (7)	Promover ações de conscientização do corpo funcional acerca do consumo de papel (7)	Revisar o contrato de terceirização de impressão ("Outsourcing"), para diminuir consumo de papel (7)
Implantar a coleta seletiva no TJPI (7)	Eliminar o consumo de garrafas descartáveis de água mineral (7)	Promover ações de conscientização do corpo funcional acerca da eliminação do consumo de garrafas de água mineral (7)
Implantar o Programa de Higienização Periódica de Bebedouros (7)	Realizar parceria com a SUGESQ para realização de eventos que promovam a qualidade de vida do corpo funciona (7)	Aperfeiçoar o Programa Vida Saudável (7)
Implantar Programa de Ginástica Laboral (7)	Realizar parcerias com a EJUD para promoção de capacitação socioambiental (7)	CGJ E Presidência recomendarem a atualização do BNMP 2.0. E SNA (8)

SAAB nas comarcas de interior (8)	Cursos anuais pela EJUD sobre SEEU, BNMP, SNA, Prisões Provisórias E Audiência de Custódia (Capacitação em Justiça Criminal e Execução Penal) (8)	Padronização de fluxos de trabalho - obs.: plantão regionalizado, inserção de informações nos sistemas (BNMP, SNA) (8)
Campanha de incentivo a aplicação de penas alternativas e medidas alternativas à internação (8)	Relatório estatístico da Justiça Criminal e Execução Penal focado em réus presos e adolescentes internados (provisórios e em execução de pena) - analisar possibilidade de relatórios baseados em movimentações (8)	Controle de prescrição 4ª Vara Criminal - Manual (8)
Indicação de no mínimo 50% da programação dos cursos a serem oferecidos pela EJUD à SEGES / Alta Gestão (10)	Revisão do normativo de cursos (desburocratização) - não ser necessária autorização para participação em cursos virtuais (10)	Obrigatoriedade de cursos e treinamentos aos servidores em sistemas e atribuições próprias (10)
Mapeamento dos afastamentos por motivo de saúde, com publicação bimestral de dados da saúde (10)	Pesquisas anuais voltadas à saúde através da ida da SUGESQ às unidades para coleta de dados (10)	Interiorização da SUGESQ (10)
Participações obrigatórias em ações de qualidade de vida (10)	Diálogo SOF- SEGES para monitoramento/acompanhamento de indicadores do PPA (11)	Revisão do fluxo de trabalho para trâmite de precatórios e outros pagamentos (SOF/Precatórios) (11)
Interligação e aprimoramento Sistema Contábil de Custos e Registros Contábeis Patrimoniais (11)	Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário (12)	Promover Transformação Digital (12)
Aprimorar as Aquisições e Contratações (12)	Aprimorar as Aquisições e Contratações (12)	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas (12)
Programa de Ressocialização de Egressos (1)(8)	Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito do TJPI (12)	

